RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

A DINÂMICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS

THE DYNAMICS OF INCLUSIVE EDUCATION: AN ANALYSIS OF SOCIAL AND EDUCATIONAL POLICIES IN THE CONSTRUCTION OF DEMOCRATIC SPACES

Leylyane da Conceição Gomes Ferreira
Doutoranda em Ciências da Educação
Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA)
Ciudad del Este – Paraguai
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-2753-2975
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8250301904148966

Resumo:

A educação inclusiva tem ampliado o debate sobre o papel das políticas sociais e educacionais na construção de espaços democráticos que assegurem o direito à aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, este estudo teve como objeto de pesquisa a dinâmica da educação inclusiva, buscando responder de que maneira essas políticas contribuem para a consolidação de ambientes escolares mais participativos e equitativos. O objetivo consistiu em compreender como políticas públicas, gestão escolar e formação docente favorecem esse processo. A fundamentação teórica baseou-se em estudos sobre educação inclusiva, equidade, direitos humanos e políticas educacionais. A pesquisa adotou uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, natureza descritiva e objetivo exploratório, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros e documentos institucionais. Os resultados evidenciaram que a efetividade da inclusão depende da articulação entre legislação, práticas pedagógicas, organização institucional e formação docente, fortalecendo a construção de sistemas educacionais mais democráticos e comprometidos com a equidade.

Palavras-chave: educação inclusiva; políticas educacionais; políticas sociais; espaços democráticos.

Abstract:

Inclusive education has expanded the debate on the role of social and educational policies in building democratic spaces that ensure every student's right to learn. In this context, this study examined the dynamics of inclusive education, seeking to

CC BY

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

understand how these policies contribute to the consolidation of more participatory and equitable school environments. The objective was to examine how public policies, school management, and teacher education support this process. The theoretical framework was based on studies addressing inclusive education, equity, human rights, and educational policies. The research adopted an integrative literature review with a qualitative approach, descriptive nature, and exploratory purpose, based on the analysis of scientific articles, books, and institutional documents. The findings showed that the effectiveness of inclusion depends on the integration of legislation, pedagogical practices, institutional organization, and teacher education, strengthening the development of more democratic educational systems committed to equity.

Keywords: inclusive education; educational policies; social policies; democratic spaces.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se como um princípio orientador das políticas educacionais ao defender o direito de todos os estudantes à participação, à aprendizagem e à permanência em ambientes escolares que valorizem a diversidade. Essa perspectiva compreende a diferença como parte da experiência humana e atribui às instituições de ensino a responsabilidade de remover barreiras que limitam o acesso à educação (UNESCO, 1994; United Nations, 2006).

Ao longo das últimas décadas, esse movimento ampliou-se por meio de acordos internacionais e da incorporação de dispositivos legais voltados à garantia de direitos. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva reforçam o compromisso com sistemas educacionais acessíveis, fundamentados na equidade e na participação de todos os estudantes (Brasil, 2015; Brasil, 2025).

Mais do que assegurar matrícula, a inclusão envolve transformações nas práticas pedagógicas, na gestão escolar e na organização dos espaços educativos. Esse processo depende da construção de culturas institucionais colaborativas, capazes

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

de favorecer a aprendizagem sem distinções, conforme destacam Ainscow (2007), Booth e Ainscow (2011) e Mantoan (2015).

Ao mesmo tempo, pesquisas mostram que a efetividade das políticas públicas está diretamente relacionada à forma como são implementadas no cotidiano escolar. Aspectos como formação docente, liderança institucional e articulação entre diferentes atores educacionais influenciam a consolidação de práticas inclusivas (Ainscow; Sandill, 2010; Glat; Pletsch, 2012; Mendes *et al.*, 2025).

Esse tema também assume relevância diante da necessidade de fortalecer escolas democráticas, nas quais todos os estudantes tenham oportunidades reais de participação e desenvolvimento. Organismos internacionais reforçam que equidade, inclusão e qualidade educacional constituem objetivos complementares e indispensáveis para a construção de sistemas educacionais mais justos (UNESCO, 2020; OECD, 2023).

Embora avanços normativos sejam evidentes, permanecem desafios relacionados à coerência entre as diretrizes das políticas sociais e educacionais e sua concretização nas instituições de ensino. Estudos apontam que fatores organizacionais, culturais e estruturais continuam influenciando os resultados das ações inclusivas (Slee, 2010; Slee, 2019; Göransson; Nilholm, 2014; Hardy; Woodcock, 2024).

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: de que maneira as políticas sociais e educacionais contribuem para a construção de espaços democráticos comprometidos com a educação inclusiva? O objetivo consiste em compreender como esses instrumentos favorecem a consolidação de ambientes escolares participativos, considerando contribuições de pesquisas nacionais e internacionais sobre inclusão, equidade e garantia de direitos (Mittler, 2000; Amorim, 2025).

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação inclusiva como princípio de equidade

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento de que todas as pessoas possuem o direito de aprender em ambientes que respeitem suas diferenças e promovam igualdade de oportunidades. Essa compreensão foi fortalecida pela Declaração de Salamanca, que propôs a reorganização dos sistemas educacionais para atender à diversidade presente nas escolas (UNESCO, 1994).

Essa perspectiva foi ampliada com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao estabelecer que a educação deve ocorrer em sistemas inclusivos capazes de garantir participação, acessibilidade e aprendizagem sem discriminação. A inclusão deixa de representar uma ação isolada e passa a constituir um compromisso permanente das políticas públicas (United Nations, 2006).

Segundo Mittler (2000), a construção de escolas inclusivas depende da superação de barreiras que limitam a participação dos estudantes. De forma semelhante, Ainscow (2007) destaca que mudanças organizacionais e pedagógicas são indispensáveis para transformar os sistemas educacionais em ambientes mais acolhedores e participativos.

Booth e Ainscow (2011) complementam que a inclusão envolve culturas escolares, políticas institucionais e práticas pedagógicas articuladas. Nessa perspectiva, a aprendizagem ocorre em espaços que valorizam a diversidade como elemento constitutivo da educação e do desenvolvimento humano.

2.2 Políticas sociais e educacionais na promoção da inclusão

ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

As políticas sociais e educacionais exercem papel decisivo na consolidação da educação inclusiva ao estabelecer direitos, responsabilidades e mecanismos de garantia do acesso à educação. Esses instrumentos orientam a organização dos sistemas de ensino e fortalecem ações voltadas à equidade (OECD, 2023).

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão reafirma o direito das pessoas com deficiência à educação em igualdade de condições, enquanto o Decreto nº 12.686/2025 amplia as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e fortalece a articulação entre diferentes instâncias educacionais (Brasil, 2015; Brasil, 2025).

A efetividade dessas políticas, entretanto, depende de sua incorporação ao cotidiano das instituições de ensino. Hardy e Woodcock (2024) observam que a implementação das diretrizes exige planejamento, acompanhamento e compromisso institucional para produzir mudanças consistentes.

Em âmbito internacional, o Relatório Global de Monitoramento da Educação reforça que sistemas educacionais inclusivos necessitam combinar políticas públicas, financiamento, formação profissional e participação social. Esses elementos favorecem maior coerência entre os princípios legais e as práticas escolares (UNESCO, 2020).

2.3 Formação docente e construção de espaços democráticos

A formação de professores constitui um dos pilares da educação inclusiva por favorecer práticas pedagógicas capazes de responder às diferentes necessidades dos estudantes. Esse processo envolve atualização permanente, reflexão sobre o ensino e desenvolvimento de estratégias que ampliem a participação de todos (Glat; Pletsch, 2012).

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

Mantoan (2015) destaca que a inclusão requer mudanças na organização do trabalho pedagógico, superando modelos centrados na homogeneidade das turmas. O planejamento passa a considerar diferentes formas de aprendizagem sem afastar os estudantes do convívio escolar.

Ainscow e Sandill (2010) ressaltam que escolas que promovem colaboração entre professores, gestores e comunidade apresentam condições mais favoráveis para consolidar ambientes inclusivos. A liderança compartilhada fortalece a construção de decisões coletivas e amplia o compromisso institucional.

Resultados apresentados por Mendes *et al.* (2025) reforçam que a capacitação docente aproxima as políticas educacionais das práticas escolares. Dessa forma, o desenvolvimento profissional torna-se um elemento essencial para transformar princípios inclusivos em ações efetivas.

2.4 Desafios para a consolidação da educação inclusiva

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, a consolidação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios relacionados à organização dos sistemas de ensino e à implementação das políticas públicas. A existência de normas legais representa uma condição importante, mas não suficiente para garantir mudanças permanentes (Slee, 2010).

Slee (2019) defende que a inclusão exige revisão contínua das práticas escolares, de modo que todos os estudantes tenham oportunidades reais de participação e aprendizagem. Esse processo depende do compromisso coletivo das instituições educacionais.

Göransson e Nilholm (2014) apontam que diferentes interpretações sobre o conceito de inclusão influenciam sua aplicação nas escolas, produzindo formas

CC BY

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

variadas de organização pedagógica. Essa diversidade evidencia a importância de princípios comuns orientados pela equidade e pela participação.

No contexto brasileiro, Amorim (2025) observa que os avanços obtidos nas políticas inclusivas ampliaram o acesso à educação, mas sua efetividade permanece associada à integração entre legislação, formação docente, gestão escolar e compromisso institucional. Esses fatores sustentam a construção de espaços democráticos voltados ao direito de aprender.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, natureza descritiva e objetivo exploratório, desenvolvida com a finalidade de reunir, organizar e interpretar produções científicas relacionadas às políticas sociais e educacionais voltadas à educação inclusiva e à construção de espaços democráticos.

A busca dos estudos foi realizada nas bases Scopus, Web of Science, SciELO, ERIC e Google Scholar, selecionadas por sua relevância e abrangência na área da Educação. Foram utilizados descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos, incluindo os termos "educação inclusiva", "inclusive education", "políticas educacionais", "políticas sociais", "equidade", "educação especial" e "espaços democráticos".

Foram incluídos artigos científicos, livros e documentos institucionais publicados em português e inglês, disponíveis na íntegra e diretamente relacionados ao objetivo da pesquisa. Foram excluídos trabalhos duplicados, publicações sem aderência ao tema e estudos que não atenderam aos critérios estabelecidos para a investigação.

Após a identificação das publicações, foram realizadas a leitura dos títulos, dos resumos e dos textos completos, selecionando-se apenas os estudos compatíveis

CC BY

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

com a proposta da pesquisa. Em seguida, o material foi organizado e submetido à análise interpretativa, possibilitando compreender como as políticas sociais e educacionais contribuem para o fortalecimento da educação inclusiva.

4. RESULTADOS E DISCUSÃO

Os estudos analisados evidenciaram consenso quanto ao entendimento de que a educação inclusiva depende da integração entre políticas públicas, organização escolar e práticas pedagógicas. A inclusão é apresentada como um processo permanente de eliminação de barreiras e ampliação das oportunidades de participação, ultrapassando a garantia de matrícula (UNESCO, 1994; Mittler, 2000; Ainscow, 2007).

Tabela 1 – Síntese dos principais achados identificados

Eixo temático	**Principais achados**
Políticas públicas	Fortalecem o direito à educação inclusiva e orientam a organização dos sistemas de ensino.
Gestão escolar	Favorece culturas colaborativas e ambientes democráticos quando articulada às políticas institucionais.
Formação docente	Amplia a capacidade de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e atender à diversidade.
Participação dos estudantes	Depende da remoção de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais.
Equidade	Requer ações permanentes para garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem.

Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados demonstram que a efetividade das políticas educacionais está relacionada à forma como são incorporadas ao cotidiano das escolas. A legislação

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

estabelece diretrizes importantes, porém sua materialização depende da atuação conjunta de gestores, professores e comunidade escolar (Brasil, 2015; Brasil, 2025; Hardy; Woodcock, 2024).

Outro aspecto recorrente foi a valorização da formação docente como elemento estruturante da inclusão. Os estudos convergem ao indicar que professores preparados desenvolvem estratégias mais flexíveis, favorecendo a aprendizagem e a participação de estudantes com diferentes necessidades (Glat; Pletsch, 2012; Mantoan, 2015; Mendes *et al.*, 2025).

Também foi identificado que a construção de espaços democráticos exige culturas institucionais orientadas pela colaboração e pelo compartilhamento de responsabilidades. Essa organização fortalece processos participativos e amplia as possibilidades de aprendizagem para todos os estudantes (Booth; Ainscow, 2011; Ainscow; Sandill, 2010).

Os estudos internacionais reforçam que sistemas educacionais inclusivos combinam políticas públicas, financiamento, formação profissional e acompanhamento das ações desenvolvidas pelas escolas. Essa articulação amplia as condições para que os princípios da equidade sejam efetivamente incorporados às práticas educacionais (UNESCO, 2020; OECD, 2023).

Embora existam avanços significativos, as pesquisas indicam que diferentes interpretações sobre o conceito de inclusão ainda influenciam sua implementação. Essa diversidade evidencia a necessidade de alinhar diretrizes institucionais e práticas pedagógicas para assegurar participação e aprendizagem em condições de igualdade (Göransson; Nilholm, 2014; Slee, 2010; Slee, 2019).

Quadro 1 – Síntese dos resultados sobre políticas inclusivas e construção de espaços democráticos

Autores	Eixo identificado	Síntese dos resultados

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

Amorim (2025)	Políticas educacionais e efetivação da inclusão	Os avanços normativos ampliam o acesso, mas sua efetividade depende de estrutura escolar, formação profissional e práticas que assegurem permanência, participação e aprendizagem.
Garcia et al. (2025)	Gestão escolar democrática	A coordenação pedagógica fortalece decisões coletivas, articula os profissionais e aproxima as diretrizes institucionais das necessidades da comunidade escolar.
Frederico et al. (2026)	Ética, escuta pedagógica e singularidade	A inclusão adquire caráter democrático quando reconhece as singularidades dos estudantes e incorpora a escuta como fundamento das decisões e das práticas pedagógicas.
Pinheiro et al. (2026)	Política de educação especial inclusiva	A política de educação especial orienta direitos, responsabilidades e formas de atendimento, exigindo articulação entre legislação, gestão e organização pedagógica.
Barbosa et al. (2026)	Práticas inclusivas no cotidiano escolar	A concretização das políticas ocorre por meio de estratégias flexíveis, remoção de barreiras e participação dos estudantes nas experiências de aprendizagem.
Silva (2025)	Participação familiar e corresponsabilidade	A parceria entre escola e família amplia o diálogo, compartilha responsabilidades e fortalece a construção de ambientes escolares participativos e acolhedores.

Fonte: elaboração própria, com base nos autores indicados (2026).

No contexto brasileiro, os achados revelam que a ampliação das políticas inclusivas representa um avanço relevante, especialmente pela consolidação de instrumentos legais e pela expansão do debate sobre equidade. Entretanto, sua efetividade permanece vinculada à integração entre legislação, formação docente, gestão

ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

escolar e compromisso coletivo, fortalecendo a construção de espaços democráticos voltados ao direito de aprender (Amorim, 2025).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender de que maneira as políticas sociais e educacionais contribuem para a construção de espaços democráticos comprometidos com a educação inclusiva. Os resultados evidenciaram que a efetivação desse processo depende da articulação entre marcos legais, gestão escolar, formação docente e práticas pedagógicas orientadas pela participação e pela equidade.

Os achados demonstram que a educação inclusiva ultrapassa a garantia de acesso à escola, exigindo condições que favoreçam permanência, aprendizagem e participação de todos os estudantes. Nesse contexto, as políticas públicas assumem papel estratégico ao orientar ações capazes de reduzir barreiras e fortalecer ambientes educacionais mais democráticos.

As evidências analisadas também reforçam que a formação docente, a atuação colaborativa da comunidade escolar e a organização institucional constituem elementos indispensáveis para transformar os princípios da inclusão em práticas cotidianas. Dessa forma, a construção de uma educação mais equitativa depende da integração entre legislação, planejamento e compromisso coletivo.

Conclui-se que o objetivo proposto foi alcançado ao demonstrar que a consolidação de espaços democráticos está diretamente relacionada à implementação articulada das políticas sociais e educacionais. Ao reunir e sistematizar esse conhecimento, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre os fatores que sustentam a efetivação da educação inclusiva nos sistemas de ensino.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **From Special Education to Effective Schools for All: A Review of Progress So Far**. In: FLORIAN, Lani (ed.). **The SAGE Handbook of Special Education**. London: SAGE Publications, 2007. p. 147–160. Disponível em: https://doi.org/10.4135/9781848607989.n12. Acesso em: 23 jun. 2026.

AINSCOW, Mel; SANDILL, Ann. **Developing Inclusive Education Systems: The Role of Organisational Cultures and Leadership**. *International Journal of Inclusive Education*, v. 14, n. 4, p. 401–416, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13603110802504903. Acesso em: 23 jun. 2026.

AMORIM, Eunice Gomes Valério. **Educação inclusiva no Brasil: avanços, desafios e potencialidades nas escolas**. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 1, n. 18, 2025. DOI: https://doi.org/10.64326/educao.v1i18.242. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/242. Acesso em: 24 jun. 2026.

BARBOSA, Cléuma de Melo et al. **Práticas inclusivas no contexto escolar**. In: QUEIROZ, Clesia Carneiro da Silva Freire et al. (org.). *A prática inclusiva na escola: pessoas com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade*. Vitória, ES: Editora Cognição, 2026. DOI: https://doi.org/10.64326/ec.1.c5. Disponível em: https://editoracognicao.com.br/index.php/omp/catalog/view/1/3/16. Acesso em: 30 ago. 2026.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for Inclusion: Developing Learning and Participation in Schools**. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2011.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 23 jun. 2026.

ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 jun. 2026.

CAMARINHA, Jaqueline Barbosa; SALDANHA, Roseane de Souza; GONÇALVES, Luciana Marinho Soares; SANTOS, Viviane Vilas-Bôas Costa. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: QUANDO O DISCURSO AVANÇA MAIS RÁPIDO QUE A PRÁTICA ESCOLAR. **Educação & Inovação**, *[S. l.]*, v. 1, n. 18, 2025. DOI: 10.64326/educao.v1i18.261. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/261. Acesso em: 30 ago. 2026.

FREDERICO, Rúbia Tatiana Santana de Souza; COUTO, Luana Aparecida; CONCEIÇÃO, Vanderleia de Araújo; VIANA, Simara de Aquino Dias; ASSUNÇÃO, Queila Cristina de; GOMES, Cláudia Regina De Marchi; CARDOSO, Andressa Sales; SILVA, Ana Paula dos Santos. INCLUSÃO ESCOLAR COMO PRÁTICA ÉTICA E INOVADORA: ENTRE POLÍTICAS, ESCUTA PEDAGÓGICA E CONSTRUÇÃO DA SINGULARIDADE. **Educação & Inovação**, *[S. l.]*, v. 2, n. 8, 2026. DOI: 10.64326/educao.v2i8.245. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/245. Acesso em: 30 ago. 2026.

GARCIA, Elizandra; SANTOS, Silanides Saraiva; MARCATO, Sueli Teodoro de Araújo; DUTTON, Luciana Pereira; ALVIM, Maria Lúcia Barbosa. O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA PROMOÇÃO DE UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS . **Educação & Inovação**, *[S. l.]*, v. 1, n. 4, 2025. DOI: 10.64326/educao.v1i4.26. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/26. Acesso em: 30 ago. 2026.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

GÖRANSSON, Kerstin; NILHOLM, Claes. **Conceptual diversities and empirical shortcomings: a critical analysis of research on inclusive education**. *European Journal of Special Needs Education*, v. 29, n. 3, p. 265–280, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08856257.2014.933545. Acesso em: 23 jun. 2026.

HARDY, Ian; WOODCOCK, Stuart. **Inclusive Education Policies – Objects of Observance, Omission, and Obfuscation: Ten Years On...** *International Journal of Inclusive Education*, v. 28, n. 13, p. 3234–3252, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13603116.2023.2257697. Acesso em: 23 jun. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Amanda Carla da Silva; CAMARINHA, Jaqueline Barbosa; CORRÊA, Adriana Maria; DAVINO, Jéssica Riso. **Entre política educacional, prática e aprendizagem: a capacitação docente como eixo estruturante na educação inclusiva**. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 1, n. 19, 2025. DOI: https://doi.org/10.64326/educao.v1i19.251. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/251. Acesso em: 24 jun. 2026.

MITTLER, Peter. **Working Towards Inclusive Education: Social Contexts**. London: David Fulton Publishers, 2000.

OECD. **Equity and Inclusion in Education: Finding Strength through Diversity**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1787/e9072e21-en. Acesso em: 23 jun. 2026.

PINHEIRO, Anomiel Farias et al. Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. In: QUEIROZ, Clesia Carneiro da Silva Freire et al. (org.). *A prática inclusiva na escola: pessoas com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade*. Vitória, ES: Editora Cognição, 2026. DOI: https://doi.org/10.64326/ec.1.c3. Disponível em: https://editoracognicao.com.br/index.php/omp/catalog/view/1/3/14. Acesso em: 30 ago. 2026.

CC BY

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 19/07/2026 - **Accepted:** 31/08/2026
Vol: 08.08 - August
DOI: 10.66104/c4m12g97
Pages: 1-15

SANTOS, Marcia Aparecida Silva dos; TRIUNFO, Fabrício Aparecido Ribeiro. A Escola para Todos: Formação de Professores e Cultura de Inclusão. **Educação & Inovação**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2025. DOI: 10.64326/educao.v1i1.6. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/6. Acesso em: 30 ago. 2026.

SLEE, Roger. **Inclusive Education Isn't Dead, It Just Smells Funny**. London: Routledge, 2019.

SLEE, Roger. **The Irregular School: Exclusion, Schooling and Inclusive Education**. London: Routledge, 2010.

SILVA, Mônica Vasconcelos da. Parceria escola-família: uma estratégia necessária para a inclusão de crianças em contexto escolar. **Educação & Inovação**, *[S. l.]*, v. 1, n. 9, 2025. DOI: 10.64326/educao.v1i9.103. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/103. Acesso em: 30 ago. 2026.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and Education: All Means All**. Paris: UNESCO Publishing, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373724. Acesso em: 23 jun. 2026.

UNESCO. **The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education**. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427. Acesso em: 23 jun. 2026.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. New York: United Nations, 2006. Available at: https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convention_accessible_pdf.pdf. Accessed: June 23, 2026.